



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

O REUNI E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: ESTUDO A PARTIR DA DIMENSÃO OPERACIONAL

Leidimar Candida dos Santos

Escola de Administração/UFBA

leideba@terra.com.br

José Antonio Gomes de Pinho

Escola de Administração/UFBA

betesantos28@gmail.com

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Escola de Administração/UFBA

jagp@ufba.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir se o Reuni, programa implementado pelo governo Lula da Silva/PT (2008-2010) e no contexto da acumulação flexível, democratizou o acesso à Universidade Federal da Bahia (UFBA). O percurso metodológico deste estudo combinou informações provenientes de documentos (Termo de Adesão da UFBA ao Reuni, Projeto Reuni, Orçamentos da UFBA, Relatórios de Prestação de Contas) e também de entrevistas realizadas com atores que têm interação direta com o objeto investigado (vice-reitor, diretor de cursos criados no Reuni, coordenadores de cursos). Uma dimensão de estudo foi estabelecida: a operacional, que contemplou os aspectos orçamentários, expansão de pessoal, ampliação do acesso e estruturas de apoio ao ensino. A pesquisa mostrou que o discurso pela democratização do acesso à Universidade Pública pautou-se no reconhecimento da democracia como uma virtude, além da ingerência dos organismos internacionais nos países periféricos. O Reuni, apesar de ampliar as vagas na UFBA, democratiza parcialmente o acesso à educação superior, já que o conjunto de ações efetivadas foi insuficiente para viabilizar o acesso igualitário de todos à educação e propiciar investimentos para construir as condições adequadas da oferta do ensino de qualidade.

Palavras-chave: Democratização. Reuni. Universidade Pública. Capitalismo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo discute se o Programa de Apoio à Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas (Reuni), implementado pelo governo Lula da Silva/PT no ano de 2007, de fato democratiza o acesso ao ensino superior público. Para tanto, analisa a implantação do referido programa na Universidade Federal da Bahia (UFBA), particularmente na sua dimensão operacional, no período de 2008-2010. A dimensão operacional é constituída dos aspectos orçamentários, expansão de pessoal, ampliação do acesso e estruturas de apoio ao ensino.

As motivações para a elaboração deste estudo localizam-se a partir da observação de que o fundamento das políticas educacionais implementadas desde o final da década de 1990, amparava-se na retórica da ampliação do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Sempre foi nítida a distância existente entre a retórica dominante e a realidade educacional, tendo esta o funcionamento precarizado em virtude das diversas mazelas advindas da falta de ser – a educação – verdadeiramente a escolha política dos governantes. Observa-se que desde o processo de reforma da educação do governo FHC, que não se restringiu ao setor privado, embora tenha sido este o principal âmbito da sua efetivação, os reflexos da opção pela expansão desenfreada e pelo empresariamento do ensino superior aprofundaram as dificuldades encontradas na Universidade Pública brasileira, colocando-a numa situação de precariedade estrutural.

A partir do governo de Lula da Silva, as inquietações para com a educação brasileira só aumentavam na medida em que se observava a disseminação da reforma de cunho neoliberal na Universidade Pública e isso já não mais era reflexo da opção pela educação privada, mas sim pela clara opção deste governo em ampliar o acesso ao ensino superior via Universidade Pública, o que implicava em aplicar nesta instituição as mesmas estratégias neoliberais do governo FHC. Na busca da compreensão dos elementos constitutivos desta reforma, é percebido que o processo de reestruturação do ensino superior de Lula da Silva, de fato, culminou na implantação do Programa Reuni que, conforme Paula (2009); Lima (2008); Pereira de Deus (2008), entre outros, encontra-se, mais uma vez, eivado e revestido da retórica do resgate da Universidade Pública, da melhoria da qualidade da educação superior e da democratização do acesso ao ensino superior, além da reestruturação das condições de sua oferta. Diante desta constatação, surgiu a proposta deste estudo, tendo como objeto o Programa Reuni.

Os objetivos específicos deste estudo são: (i) compreender a natureza da acumulação flexível no âmbito da reestruturação capitalista dos anos 1970 e as demandas colocadas à qualificação da força de trabalho e o papel da Universidade pública nesse processo; (ii) refletir sobre a configuração político-econômica do governo Lula da Silva/PT, no contexto da lógica capitalista mundial e financeirizada, de modo a qualificar a ocorrência da expansão do acesso à Universidade Pública; (iii) caracterizar o papel do Reuni na expansão e reestruturação da Universidade Pública no governo Lula da Silva/PT; (iv) analisar a implementação do Reuni na UFBA, no período de 2008-2010, a partir da dimensão operacional.

O presente artigo está estruturado em seções que incluem esta introdução. A seguir é apresentada a primeira seção que discute a compreensão da acumulação flexível no processo da reestruturação capitalista dos anos 1970. Já na seguinte, o intuito é explorar a reforma da educação superior de Lula da Silva, partindo dos condicionantes advindos da reestruturação capitalista, do papel dos organismos internacionais e da retórica da democratização do acesso ao ensino superior público. A terceira seção, por sua vez, apresenta o percurso metodológico adotado neste estudo, evidenciando a definição do seu objeto. A seguir, na seção quatro, são analisadas as informações obtidas dos documentos emitidos tanto por instituições responsáveis pela oferta da educação superior no âmbito nacional, quanto pela UFBA, além

de ser também analisado o conteúdo das entrevistas realizadas com atores envolvidos com a implementação do Reuni. Finalmente, na última seção, são apresentadas as considerações finais do estudo.

1 O FUNDAMENTO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA DA SILVA: A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Muitos estudiosos têm discutido sobre a reestruturação capitalista dos anos 1970 e há, deste modo, algumas designações para o fenômeno observado neste contexto: capitalismo flexível, reestruturação produtiva capitalista, capitalismo tardio, novo capitalismo, acumulação flexível. Todo o esforço teórico dos estudos realizados sobre o tema é com o objetivo de elucidar os elementos analíticos que ajudam a explicar muito do funcionamento da economia mundial e das recentes crises do capitalismo.

Está amplamente reconhecido que nas últimas décadas ocorreram mudanças de caráter mundial que assinalam o rompimento com a ordem social, política, econômica e cultural vigente até a Segunda Guerra Mundial. Conforme observado exaustivamente na literatura, particularmente em Vakaloulis (1996), no começo dos anos 1970 a crise estrutural capitalista, que anos antes já vinha sendo gestada, atingiu seu ponto máximo quando também entraram em desequilíbrio as políticas macroeconômicas keynesianas, quando houve o esgotamento das políticas de expansão econômica, fazendo com que a taxa de inflação alcançasse patamares incontroláveis, os lucros fossem comprimidos, ocorresse estagnação dos investimentos, fazendo com que o desemprego alcançasse elevado nível deixando em evidência a crise das finanças públicas.

As estratégias escolhidas para o enfrentamento desta crise culminaram na reestruturação do sistema capitalista, marcada pelas mudanças no processo produtivo (deixou de ser fundamentalmente baseado em bens para serviços), novas formas de organização do mundo do trabalho, reconfiguração do espaço de atuação do mercado e das modificações na ênfase dos processos econômicos e sociais, passando a ser a da flexibilidade e adaptabilidade aos novos rumos. De modo geral, nas últimas décadas houve, como afirmado por Postone (2008), o enfraquecimento da soberania econômica estatal nacional e a consolidação da ordem global pautada em fundamentos neoliberais. A tônica da vida social, política e cultural, com isso, vai se tornar cada vez mais descentrada e fragmentada, como requer a lógica da globalização.

Não obstante existam inúmeros estudos sobre o processo de reestruturação do capitalismo a partir dos anos 1970, em meio aos tantos termos já citados anteriormente que definem este momento histórico, o conceito escolhido para guiar esta discussão é o de acumulação flexível, encontrado em Harvey (1992); Hirsch (2010), autores que compreendem as mudanças observadas no modo de acumulação capitalista como aquelas localizadas nas práticas culturais, políticas e econômicas, além de remetê-las às maneiras de vivências do tempo e produção do espaço. Reconhecem os autores, ainda, que a reestruturação capitalista significa a transição no regime de acumulação e, também, no modo de regulamentação social e político que a ele se vincula.

A acumulação flexível torna-se instrumento de compreensão da lógica da reestruturação capitalista. Harvey (1992) faz a sua análise sob a perspectiva da teoria da regulação, agregando-lhe outros elementos como a compressão espaço-tempo. Para o autor, as mudanças nas concepções do espaço e do tempo são reações às alterações que ocorrem no capitalismo. Assim como observado por Postone (2008, p. 17), o capitalismo realiza compressões espaço-temporais. “Elas [as compressões] alteram as experiências que as pessoas têm do espaço e do tempo, as quais são expressas culturalmente e sobre as quais se reflete teoricamente.”

Quando trata da acumulação flexível Harvey (1992) analisa o fato de que na contemporaneidade o capital é tanto difuso quanto global. A luta intensa pela competitividade

faz com que a busca incessante por taxas de lucros seja central. Em consequência disso, como uma espécie de variáveis dependentes, estão o mundo do trabalho, a direção e o volume dos fluxos de capitais mundiais. Há nestes fluxos e nesta difusão um modo eficaz de disciplinamento do capital que alimenta a sua expansão. Harvey (1992) assinala mudanças tanto no âmbito político-econômico quanto da cultura. Assim, fala de outra configuração surgida a partir da reestruturação capitalista, qual seja: a conformação do modo de vida.

Hirsch (2010, p. 101) ressalta a importante contribuição da Teoria da Regulação na análise da reestruturação capitalista:

Cabe à teoria da regulação o mérito de ter chamado a atenção para o significado das diferentes fases do desenvolvimento capitalista com suas estratégias de valorização das características, suas formas político-institucionais e suas relações sociais de forças [...]. Isso é significativo não só por ser uma teoria bem elaborada, mas também, pela possibilidade de obter-se uma mais precisa identificação das constelações históricas de forças, das formas de dominação e dos eixos de conflitos, assim como, das importantes implicações políticas.

Quando Hirsch (2010) reconhece as contribuições da Teoria da Regulação propõe ampliá-la em relação aos seus fundamentos iniciais em três aspectos: (i) a inclusão da teoria materialista do Estado; (ii) considerar o capitalismo como um sistema mundial e, portanto, a análise do Estado é global e não apenas nos seus espaços isolados; (iii) a definição do regime de acumulação como aquele que “engloba as relações sociais com a natureza, as formas de produção e apropriação do saber, as relações de gênero e a relação espaço-tempo” (HIRSCH, 2010, p. 105).

Se há uma relativa estabilidade e a continuidade da acumulação capitalista isso se deve ao fato de que há um correspondente conjunto de regulação social (instituições e normas sociais) que viabiliza modos de trabalho, de consumo e de vida. Tanto o modo de acumulação quanto o de regulação têm variações ao longo da história do capitalismo, sendo, então, vinculados às suas crises. Entre o regime de acumulação e o modo de regulação não há uma relação causal simples, mas um resultado advindo das lutas sociais que se deram historicamente. Ao longo do tempo, existiram regimes de acumulação e os modos de regulação distintos que caracterizam, tanto temporal, como espacialmente, a sociedade capitalista.

As concepções de Harvey (1992) e Hirsch (2010) sobre as mudanças observadas no regime de acumulação capitalista a partir dos anos 1970 subsidiam neste estudo a explicação do trajeto percorrido pelas instituições (no caso deste estudo particularmente a Universidade Pública), bem como os arranjos desenvolvidos no contexto da crise do capitalismo (mundo do trabalho, tecnologia, educação, cultura, política, dentre outros). Deste modo, pode-se dizer que compreender o modo como um programa de governo (Reuni) se efetiva, remete à análise de um fenômeno cuja complexidade é determinada por múltiplas variáveis que constituem um modo de ser social.

O significado da acumulação flexível, o pensamento ideológico que a fundamenta através do modo de regulação, o lugar que ocupa o Estado e as instituições, fundamentam a constituição do projeto de desenvolvimento capitalista sob a ótica político-econômica e ideológica a partir dos anos 1970. O conteúdo sociopolítico deste fenômeno torna evidente, como foi percebido por Harvey (1992), Chesnais (1996), Vakaloulis (1996), Hirsch (2010), dentre outros autores, o quanto o capital tem na sua própria dinâmica a capacidade de assumir novos contornos de modo a se reestruturar quando em crise.

A reestruturação capitalista ocorre de maneira que os acontecimentos vão constituindo uma espécie de teia que abrange e interliga os elementos balizadores do funcionamento da

sociedade como um todo, que desembocaram na (re)criação do projeto burguês de sociedade em vigor até hoje, apesar de que com novas nuances, permite situar neste contexto a leitura dos movimentos observados no cenário político-econômico brasileiro no que tange ao período do governo Lula da Silva/PT (2003-2010).

2 O REUNI E A RETÓRICA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Como resultado da reestruturação capitalista ocorrida a partir dos anos setenta o conhecimento passa a ter papel central nas mudanças ocorridas nos processos de acumulação de capital. Com a financeirização econômica, a centralidade do processo produtivo desloca-se dos elementos tradicionais (capital, trabalho, matéria-prima) para o conhecimento e para a informação, cujo uso intensivo ganha ênfase como valor agregado. O conhecimento e a informação, aliadas às novas tecnologias, passam a se constituir na base da competitividade no cenário mundial, em fator potencializador da acumulação e reprodução do capital – sendo a crise capitalista dos anos 1970 um importante ponto de inflexão, conforme afirmam Bernheim e Chuaí (2003, p. 7):

[...] a vantagem comparativa é determinada cada vez mais pelo uso competitivo do conhecimento e das inovações tecnológicas [...]. Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação se integram ao próprio capital, que começa a depender desses fatores para a sua acumulação e reprodução. À medida que a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o conhecimento propriamente dito, pois o capital financeiro funciona com a riqueza puramente virtual, cuja existência corresponde à própria informação. Essa situação produz, entre outros efeitos, um bastante preciso: o poder econômico que se fundamenta na posse de informação que, em consequência, se torna secreta e, por fim, constitui um terreno de competição econômica e militar sem precedente, bloqueando necessariamente, ao mesmo tempo, as forças democráticas, que se baseiam no direito à informação – tanto o direito a obtê-la como o de produzi-la e disseminá-la.

Com base nestes pressupostos ganham força os conceitos de sociedade da informação e sociedade do conhecimento, sendo estes dois elementos centrais para o processo de desenvolvimento hegemônico no centro e na periferia do capitalismo. São conceitos produzidos e disseminados dentro da lógica do mercado, tendo efeitos diretos sobre a educação no plano global e, particularmente, sobre a educação brasileira, cuja reformulação iniciada a partir dos anos 1990 não ocorre de forma isolada, mas como parte do contexto de reestruturação capitalista iniciada nos anos 1970, na qual ocorre o reordenamento do papel do Estado e a criação de estratégias para superar a crise do capital e manter sua expansão em uma escala mundial.

Autores como Harvey (1992) consideram que as tendências e tensões gestadas no âmbito do capitalismo estão situadas em um contexto e espaço profundamente marcados pela luta de classes, sendo o domínio dos conflitos importante elemento para a legitimação da ideologia hegemônica e garantir a reprodução da estrutura social capitalista nos planos global e na escala da nação. Considerando o espaço como resultado da complexa relação entre objetos, ações e relações, variáveis indissociáveis e influenciadas historicamente, vale aqui lembrar a constatação de Harvey (1992) segundo a qual a produção capitalista se materializa através de investimentos em infraestrutura (tanto física quanto social) e, ao mesmo tempo, através do fortalecimento de forças de natureza administrativa, política e econômica.

Ambas as vertentes – investimentos em infraestrutura e qualificação da força de trabalho – têm como objetivo produzir e reproduzir condições materiais e estabelecer o controle dos conflitos entre classes e países centrais e periféricos do sistema. O que se deseja evidenciar, portanto, como afirmado por Santos (2004), é que as reformas educacionais implementadas no centro e na periferia do sistema nas últimas décadas, consistem em ações estrategicamente engendradas com o objetivo de assegurar interesses de grupos e classes sociais específicos, que enfrentam o desafio de garantir as condições de reprodução ampliada do capital em contextos de crise.

Deste modo, no histórico contexto das assimetrias entre o centro e a periferia do sistema capitalista, enquanto nos países centrais, no período pós-guerra, experimentaram a possibilidade de universalização da educação através da construção do Estado do Bem-Estar social, na periferia capitalista foram implementados modelos e ações políticas através de projetos de “modernização”, com o objetivo de fazer valer os interesses das classes dominantes nacionais, sem que a ampliação do acesso a educação tenha atingido efetivamente o conjunto da população.

Silva (2002) reconhece que desde meados da década de 1980 o Banco Mundial e o FMI já assumem a tarefa de alinhar os países periféricos à lógica neoliberal também através da formulação de políticas públicas, incluindo as educacionais, o que se amplia nos anos 1990. Desde os anos 1980 o modelo de educação para os países periféricos se alinha com a expansão capitalista: massificar a educação para a população de baixa renda, ofertando-lhe a educação básica e incentivando o ensino profissionalizante. Deste modo, conforme é afirmado por Krawczyk e Vieira (2008), ocorre a confirmação do projeto neoliberal de sociabilidade para os países periféricos, viabilizado pelas inovações tecnológicas e pelo apoio de governos locais que não oferecem resistência ao projeto hegemônico.

Em meio a tantos documentos publicados pelos organismos internacionais, mais especificamente pelo Banco Mundial (que em alguns casos se uniu à Unesco para publicar e difundir seus posicionamentos) são reportados os considerados como norteadores dos rumos que a educação superior toma a partir dos anos 1990, alcançando o governo Lula da Silva: (i) Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); (ii) O Ensino Superior, as lições derivadas da experiência (1994, tradução livre); (iii) A Educação na América Latina e Caribe (1999); (iv) Educação permanente na economia global do conhecimento: desafios para os países em desenvolvimento (tradução livre). O conteúdo destes documentos é consoante com o discurso econômico gestado pelas mesmas instituições para os países periféricos; demonstrando consonância com as orientações estabelecidas para o campo da economia e das finanças públicas, como reconhecido por Chauí (2001) e Harvey (1992). Segundo os referidos autores, a reestruturação capitalista dos anos 1970 forjou o capitalismo dos anos 1990. No âmbito desse capitalismo não só há a imposição aos países periféricos da política econômica hegemônica, mas também das estratégias para vários dos seus setores sociais, a exemplo da educação.

Deste modo, a reestruturação do ensino superior e da Universidade Pública no contexto moldado pela reestruturação capitalista não conduz necessariamente à sua democratização, ao fortalecimento da Universidade Pública como instituição organicamente vinculada aos interesses do conjunto da sociedade, ao fortalecimento da sua autonomia e gratuidade e a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Ademais, a simples ampliação do acesso a Universidade Pública pode se dar de forma precária, reproduzindo no âmbito do sistema educacional as assimetrias que perpassam o cotidiano da vida dos segmentos sociais situados nas menores faixas de renda. Este é o contexto político que ampara a publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), documento através do qual o governo Lula da Silva/PT estabelece as ações que julga prioritárias para a educação no país.

As diretrizes do PNE não estão dissociadas das prescrições dos Organismos Internacionais para a educação nos países periféricos porque incorpora o discurso da escassez de recursos orçamentários, da falta de investimentos em políticas sociais ao longo dos anos, aprofundando o fosso social e do urgente combate aos malefícios provocados por anos de política econômica neoliberal. Portanto, é preciso investir no campo social, combater a pobreza e promover a inclusão social. Ao mesmo tempo, defende a educação como uma das estratégias para promover o desenvolvimento social, mas a educação sob a ótica da flexibilização do acesso, do currículo, das modalidades de curso e de ensino, dentre outros. Léda e Mancebo (2009) destacam que entre as principais estratégias contidas no PDE do governo Lula da Silva/PT está o Programa Reuni, além da criação dos Institutos Federais de tecnologia, o que caracteriza a natureza expansionista da sua política educacional.

Nos estudos de Pereira de Deus (2008) duas ações do PDE de Lula da Silva/PT são destacadas: o Reuni e a criação do banco de professor-equivalente. São duas ações que se complementam porque o Reuni promove a expansão do ensino superior via setor público, enquanto a normatização do professor-equivalente promete aumentar a autonomia das IFES, que passam a poder contratar professores sem que haja prévia autorização por parte do MEC. Ocorre, entretanto, que desse processo advém apenas uma certa facilidade para a realização de concursos públicos para cargos efetivos, mas não autonomia para decidir sobre os códigos de vagas, ou seja, as IFES continuam sem determinar a quantidade de professores de que necessitam. Este número é ainda definido com base em negociação com o governo.

O Reuni apresenta duas metas gerais que devem ser alcançadas no prazo de cinco anos: elevar a taxa de conclusão média na graduação e a relação aluno/professor de 18/1 nos cursos presenciais. Além disso, tem como justificativa a necessidade de expandir o acesso às IFES, o que o governo Lula da Silva/PT intitula como a democratização do ensino superior porque viabiliza a entrada na Universidade Pública de mais jovens provenientes das camadas populares. Dentre outros aspectos, a expansão pretende interiorizar as IFES por meio da criação dos institutos de ensino profissionalizantes e de novas Universidades Públicas, abrir cursos noturnos, diversificar as modalidades de cursos e criar ações afirmativas que asseguram não só o acesso à Universidade Pública, mas também a permanência dos alunos nas IFES; além de prometer a melhoria das condições da oferta do ensino superior através da recuperação e construção de infraestrutura física e contratação de pessoal.

Após publicar o texto do decreto 6.096, em agosto de 2007, o governo Lula da Silva/PT lança o documento intitulado Diretrizes Gerais do Reuni e por meio dele detalha faz o detalhamento do Reuni confirmando o argumento da sua implantação: a necessidade de ampliar as vagas no ensino superior para alcançar a meta prevista no PNE. A partir daí, define as estratégias assegurando a continuidade de outros programas já existentes no campo da educação superior. Com isso confirma que o Reuni é uma ação específica serve ao propósito de obter a expansão via contratos de gestão firmados com as IFES. Para justificar a necessidade de implantar o referido programa, o governo Lula da Silva/PT rememora a situação da educação superior, ainda inacessível a vários jovens. Porém, o diagnóstico não remete à falta de compromisso político dos governantes para com a educação superior, tampouco com o fato dela não ser prioridade sob a ótica dos gastos públicos.

O Reuni é, portanto, a síntese do tratamento dado à educação superior durante o governo Lula da Silva/PT: um projeto expansionista da Universidade Pública transvestido no discurso da democratização do acesso ao ensino superior. Este é o argumento ideológico que justifica as modificações ocorridas na educação superior durante o governo Lula da Silva/PT. O Reuni não pôde ser extinto dentro dos cinco anos anteriormente estimados pelo governo Lula da Silva, seguindo vigente no sexto ano uma vez que muito do que foi começado, particularmente em termos de infraestrutura física e contratação de pessoal, continua em andamento em muitas instituições de ensino superior, incluindo a UFBA, o que requer a

continuidade dos investimentos por parte do governo federal. A continuidade do referido programa indica que o expansionismo do ensino superior gerou demandas ainda não atendidas, particularmente na UFBA. A criação das bases concretas para ofertar o ensino neste contexto podem exigir anos de investimentos em infraestrutura, contratação de pessoal e manutenção das despesas correntes.

3 O PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

De natureza essencialmente qualitativa, a abordagem metodológica aqui descrita está pautada nas concepções de Bordieu (2004 e na de Minayo (2002, p. 17) para quem “a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” e também na concepção de ciência que se fortalece a partir do diálogo entre os distintos saberes científicos, em uma tentativa de redimensionar as formas de construção do conhecimento científico particularmente com a pretensão de compreender de forma mais aprofundada questões do mundo contemporâneo, como afirmam Santos (1989) e Hissa (2002).

A partir do estudo bibliográfico mais aprofundando sobre o Reuni, objeto desse estudo, foi percebido que: (i) esse programa adquiriu diferentes formas quando da sua efetivação nas Instituições Federais de Ensino Superior do país; (ii) o seu nível de complexidade é elevado por ser composto por seis dimensões que foram desdobradas em inúmeras e diversificadas variáveis; (iii) a sua duração inicial foi prevista para o período de cinco anos a partir de 2007, tendo durado, no governo Lula da Silva/PT, apenas três anos. Com base nas conclusões advindas da exploração bibliográfica, ocorreu a devida delimitação do objeto estudado.

Foi necessário definir uma universidade pública para a realização da pesquisa para que fosse possível observar um modo como foi operacionalizado o Reuni entre tantos outros possíveis. A Universidade Federal da Bahia, sede localizada em Salvador, ficou confirmada como unidade de estudo pelos seguintes motivos: (i) por figurar entre as maiores IFES do país e ser a maior, em oferta de vagas, das regiões norte e nordeste; (ii) por ter ocupado, através do seu então reitor, papel preponderante como colaborador do projeto Reuni; (iii) por ser exequível dentro do espaço temporal existente e das condições materiais e humanas disponíveis para a sua realização, o que constituiu as condições de acessibilidade para a realização da pesquisa.

O recorte de estudo do Reuni foi feito a partir da dimensão operacional, definida a partir da combinação de variáveis contidas nas seis dimensões originais do programa. Esta dimensão contempla os aspectos: expansão de pessoal, ampliação do acesso, estruturas de apoio ao ensino e orçamento. Para efetivar a observação desta dimensão, foram estudados documentos emitidos pela UFBA e analisadas entrevistas de atores que participaram diretamente da implementação do Reuni, seja no âmbito local (UFBA) ou nacional (Ministério da Educação). O recorte, o ajuste e a combinação dos elementos presentes nas seis dimensões do Reuni foram feitos com base em dois documentos oficiais: (i) Proposta de Inclusão da Universidade Federal da Bahia no programa Reuni, de outubro de 2007, elaborado pela Reitoria e aprovado pelo Conselho Universitário da UFBA; (ii) Relatório de Acompanhamento do Reuni, de janeiro de 2010, publicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); e, ainda, na revisão da literatura sobre o Reuni. O espaço temporal da pesquisa compreende o período de 2008 a 2010, durante o governo de Lula da Silva/PT, uma vez que o Reuni foi instituído em 2007, com duração prevista para cinco anos, tendo sido executado a partir de 2008.

4 A DIMENSÃO OPERACIONAL DO REUNI NA UFBA

Iniciando a análise das informações coletadas durante a pesquisa documental e realização das entrevistas, contempla-se o aspecto orçamentário da dimensão operacional da implantação do Reuni na UFBA. Neste sentido, no documento Relatório de Gestão (2008) da UFBA é possível identificar, no ano de 2007, o repasse antecipado, pelo governo federal, de 60% do valor total de recursos que estavam previstos para 2008; algo em torno de 49 milhões de reais. Em 2008, da mesma forma, a UFBA recebe demais recursos por descentralização e daí por diante consta do seu orçamento as verbas do Reuni alocadas nas ações 8282 e 119V.

Os recursos repassados para a UFBA, via Reuni, desde o ano de 2007 são advindos do cumprimento do contrato de gestão (anteriormente citado) pelo governo federal. Em contrapartida, a UFBA começa a realizar a sua parte no acordo propondo metas a serem alcançadas em termos de expansão: abertura de novos cursos e aumento das vagas ofertadas nos cursos de graduação. A constatação final é a de que o repasse de recursos orçamentários pelo governo federal teve variação, mesmo com os recursos do Reuni, pequena diante das pretensões apresentadas quando da implantação do citado programa, cuja proposição é expandir e reestruturar a Universidade Pública brasileira.

Tabela 1 - Efeitos do Reuni, por GND, sobre o Orçamento total da UFBA (autorizado) no período de 2007 - 2010

Anos	Orçamento	Reuni		Efeito percentual
		Custeio	Investimentos	
2007	670.045.717	620.965	49.464	0,1%
2008	731.651.062	7.241.463	688.836	1,1%
2009	660.171.037	8.162.678	15.205.158	3,5%
2010	762.459.627	16.403.358	25.554.489	5,5%

Fonte: Relatórios de Gestão, Orçamento, Reuni Executado – UFBA, 2012

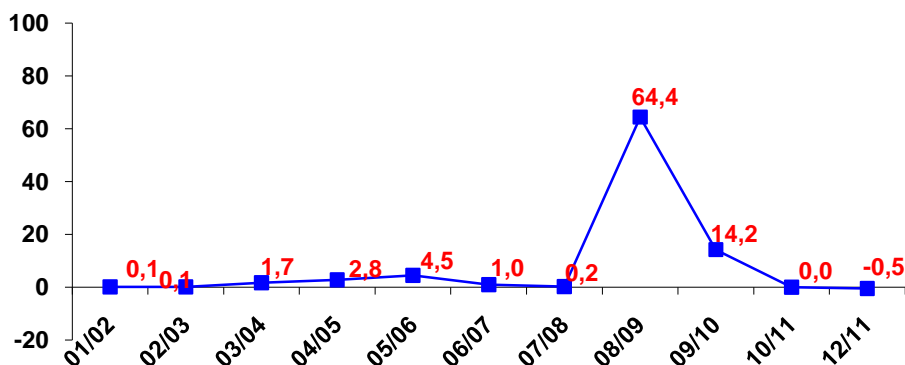
A insuficiência dos recursos orçamentários do Reuni para dar conta da expansão associada à qualidade do ensino é elucidada também na fala de Marinalva Oliveira (2012), presidente do Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Superior:

[...] Não foi suficiente. Primeiro não foi suficiente o nível de recurso que o governo está aumentando, se comparado com a ampliação dos cursos. Por exemplo, em algumas universidades foram dobrados os números de cursos. Eram 12 e hoje tem 24. Principalmente nas Universidades menores. [...] mas não foi só isso. Como é que você dobra o número de alunos e aumenta o nível de recursos em 20% do que era ofertado em 2007? Ou seja: é inviável! Nenhuma conta dá sentido para isso. [...] O governo avalia que a Universidade tinha espaço inoperante, tinha professor inoperante e por isso tinha de aumentar um pouco dos recursos e usar o que estava lá, inoperante.

Na dimensão operacional definida neste estudo, a estrutura orçamentária proveniente do Reuni é o fundamento que ampara o cumprimento do acordo de metas estabelecido pela UFBA com o governo Lula da Silva/PT. Daí advém os demais elementos constituintes da dimensão operacional: ampliação das vagas, contratação de pessoal e expansão da estrutura física. Deste modo, passa-se à análise da variável ampliação das vagas na UFBA. Conforme pode ser observado no Gráfico 1, com o Reuni a expansão de vagas que vinha ocorrendo, mas de maneira muito tímida, ganhou força extraordinária e foi significativamente aprofundada. No período de 2001 a 2006 a ampliação fica acumulada em 9,2%. Com o Reuni, a quantidade

de vagas variou de 0,2% em 2008, para 64,4% em 2009. Os índices acumulados atestam a variação percentual na ordem, até o ano de 2010, de 78,6%. A oferta de vagas, portanto, quase dobrou em apenas dois anos.

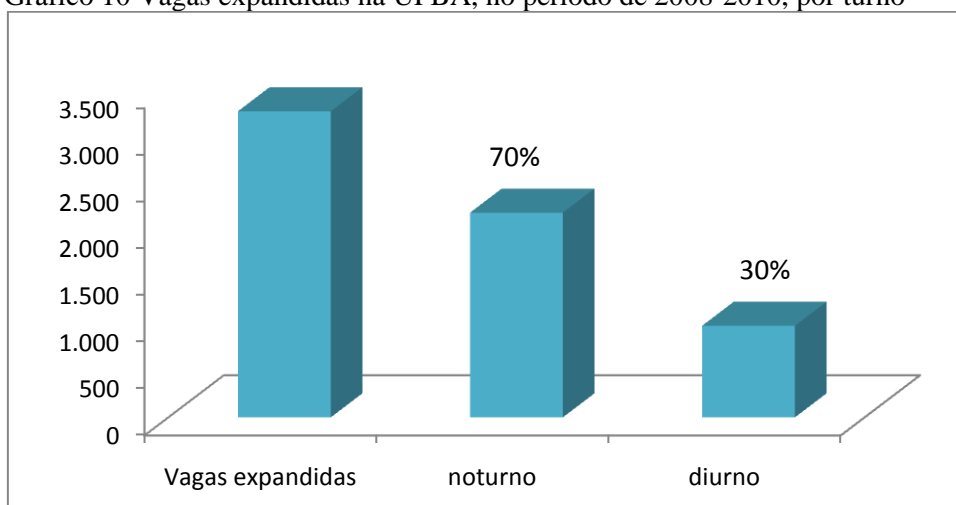
Gráfico 1 Evolução da variação percentual de vagas na graduação/UFBA, no período de 2002 – 2011



Fonte: SSOA, UFBA, 2012

Outro aspecto importante da expansão do ensino superior público é a oferta de cursos no período noturno. Para tanto, duas justificativas fundamentam o argumento da ampliação de vagas no período noturno. Um é a grande ociosidade da capacidade instalada da Universidade Pública. O outro é a baixa relação professor/aluno. Portanto, é preciso buscar a expansão no período noturno, expandindo também as possibilidades de acesso ao ensino superior por parte dos indivíduos que já exercem alguma atividade profissional durante o dia, atraindo mais alunos, o que implica na melhoria da relação quantitativa professor/aluno. Com isso, parte da ampliação de vagas na UFBA é, de fato, no noturno. Alguns cursos foram criados para funcionamento exclusivamente no turno da noite; outros para o diurno, conforme pode ser percebido no Gráfico 2.

Gráfico 10 Vagas expandidas na UFBA, no período de 2008-2010, por turno



Fonte: Manual do Vestibular, 2007-2010

Embora toda a expansão demonstrada, segundo relatos dos coordenadores de cursos da UFBA, muitas vagas permanecem ociosas porque o reuni expandiu o acesso ao ensino

superior, mas não criou condições de permanência do aluno, nem procurou combater a evasão. Sobre a evasão, a fala mais elucidativa sobre o assunto é a do professor Sergio Farias (2012), coordenador dos Bacharelados Interdisciplinares, cursos criados a partir do Reuni, que traz um elemento importante: o fato de o aluno do turno da noite não suportar a elevada carga de trabalho e estudos ao mesmo tempo. Este fato, aliado a outros já citados, como a falta de segurança nos *campi* da UFBA, a ausência de condições de apoio no turno da noite, a ausência de gestão interna das vagas, entre outros, contribui para que haja maiores índices de evasão.

Outra vertente importante da ampliação do acesso ao ensino superior é a quantidade de professores e funcionários para dar conta da demanda de trabalho que o incremento das vagas produz. A falta de pessoal nas IFES é uma constatação antiga, aprofundada na década de 1990 quando houve contenção absoluta na contratação de pessoal para o setor público. Por outro lado, a contratação de professores e técnicos é consequência natural da expansão das vagas, uma vez que não há como receber alunos sem ter quem ministre as aulas e dê conta da estrutura de funcionamento da Universidade Pública. Com isso, o governo prometeu a contrapartida em quantidade de novos servidores, desde que as Universidades Públicas aumentem a taxa média de conclusão em seus cursos para 90% e a relação professor/aluno seja de 18 para 1 na graduação presencial. No Tabela 2 é evidenciada a evolução da quantidade de professores e técnicos na UFBA.

Tabela 2 Evolução de professores e técnicos administrativos na UFBA, no período de 2008-2010

Categorias	Anos		
	2008	2009	2010
Professores efetivos	1.768	1.961	2.085
Professores substitutos	578	597	523
Técnicos administrativos	3.312	3.244	3.273

Fonte: UFBA em Números, 2012

A quantidade de professores substitutos, ano a ano, indica a necessidade deste profissional para suprir a ausência dos efetivos. Tomando por base o ano de 2008, em que neste aspecto o Reuni não estava ainda implementado, uma vez que a expansão de vagas é feita em 2008 para ser efetivada em 2009, observa-se que a redução da necessidade de substitutos é de apenas de aproximadamente 13%. No ano de 2009, quando as turmas novas entram em funcionamento, há aumento de substitutos certamente porque não existiam condições para contratar todos os efetivos necessários. Até o ano de 2010 a contratação de efetivos tem incremento de apenas 18%, enquanto a elevação das vagas ofertadas é na ordem de 88%. A situação dos servidores é ainda mais preocupante: há decréscimo da quantidade de técnicos administrativos em plena expansão de vagas na ordem de -1,2%.

Em relação à expectativa de contratação, a UFBA esperava obter, com o Reuni, 580 novos professores, sendo até 2010 contratados 380. Pretendia receber 426 novos técnicos administrativos, contratando até 2010, 304. Esta previsão foi feita baseada na contrapartida das vagas ampliadas, que realmente ocorreu. Entretanto, até o ano de 2010, o incremento foi de apenas 308 (no geral o incremento foi de 317) e no caso de servidores, de apenas 29. É importante esclarecer que conforme Ricardo Miranda Filho, pró-reitor de ensino de graduação da UFBA (2012), na quantidade geral de professores e técnicos contratados há reposição tanto por via da política regular de expansão da Universidade Pública (criação de novos campi) quanto através do Reuni. São fontes de contratação distintas.

Os coordenadores de curso foram unânimes em afirmar que ainda precisam de professores para que os cursos atendam as demandas existentes, sobretudo, após o Reuni. Mesmo com este programa, 98% dos entrevistados alegam que ainda não conta com a quantidade de professores necessária e há casos específicos, como os cursos da área de saúde, que a situação é ainda mais alarmante porque, em função das suas especificidades, precisam de uma quantidade de professores (15, 20) que certamente o Reuni não contemplará. Todos os coordenadores reconhecem que o Reuni renovou parcialmente o quadro docente efetivo da UFBA e que este é um aspecto positivo do programa porque atende a uma reivindicação antiga da categoria. Por outro lado, reconhecem que há excessiva carga de trabalho sobre os professores, que muitos cursos ainda não estão totalmente implantados e que, em breve, a falta destes profissionais aprofundará o já comprometido desenvolvimento das atividades pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação aos técnicos, conforme sinalizado antes, fica evidenciado que a UFBA tem deficiência no seu quadro de servidores, tanto do ponto de vista qualitativo, quanto quantitativo, uma vez que quando da análise da execução orçamentária ficou claro que a mesma deixou a desejar também por falta de qualificação na execução das licitações, contratação e acompanhamento efetivo dos gastos, bem como, realização e acompanhamento das obras contratadas. É muito difícil colocar em prática uma expansão como foi a promovida pelo Reuni sem que haja um corpo administrativo preparado para executar as inúmeras ações requeridas. Mais uma vez fica latente a falta de planejamento na UFBA para implementar o Reuni o que certamente leva ao pouco aproveitamento e adequada aplicação dos recursos orçamentários recebidos tanto para custeio (contratação de pessoal), quanto de investimento. Por fim, sem as condições mínimas de execução do Reuni, a implicação negativa disso no âmbito pedagógico é consequência natural.

Quanto à estrutura física para comportar a ampliação das vagas, ratifica-se o registro já feito no capítulo cinco: não foi possível obter as informações sobre o que é expandido na UFBA no período de 2008-2010. O único documento obtido é uma relação de obras e reformas onde são citadas as edificações/reformas iniciadas em 2008, bem como, a unidade administrativa a qual pertencem. Neste documento são identificadas obras no Instituto de Letras, Pavilhão de aulas da Federação, Escola de Música, Instituto de Geociências, Biblioteca de Química/Física/Geociências/Matemática, Faculdade de Ciências Contábeis, Hospital de Medicina Veterinária e Centro de Idiomas.

Em visita aos *campi* da UFBA em Salvador é facilmente constatado que parte destas obras realmente estão em andamento após quatro anos. O curioso é que duas obras citadas nos documentos de adesão da UFBA ao Reuni não foram encontradas: o Centro de Idiomas da UFBA e a Biblioteca Setorial de Administração/Economia/Ciências Contábeis/Direito. Quanto ao Centro de Idiomas, o prédio destinado a ele é, na verdade, o denominado Pavilhão de Aulas da Federação (PAF IV), localizado em Ondina, conforme a afirmação de Sergio Farias (2012), diretor dos Bacharelados Interdisciplinares, abaixo descrita.

O prédio foi construído que é esse onde nós estamos. E que provisoriamente não está funcionando como centro de idiomas porque o nosso (do HIAC) está em construção. [...] A Pró-Reitoria de Pesquisa, Ciência e Inovação, ela com o Instituto de Letras conseguiu da administração central uma verba para contratação de monitores para um curso de língua estrangeira intensivo para alunos nossos participarem do projeto ciência sem fronteira.

O Setor Reuni/UFBA, localizado na Reitoria e que emitiu o documento onde as obras citadas estão listadas, não soube explicar a discrepância entre o que está registrado no sistema e o que está realizado. Considerando a norma vigente, o mais provável é que a obra tenha sido realizada, mas onde consta inicialmente um centro de idiomas, foi transformado em

instalações administrativas ou pavilhão de aulas de uso coletivo. O relato sobre o Centro de idiomas é apenas para ilustrar a dificuldade em encontrar as informações sobre a expansão física que ocorre na UFBA nos últimos anos. A informação mais confiável sobre o tema é a que está na publicação denominada *UFBA em Números*. Nesta, há registro apenas da expansão em metros quadrados, no período de 2008 a 2010 e consta que a variação foi na ordem de 17%.

Cotejando a variação ocorrida em termos de área construída com a observação *in loco* feita nas mais variadas unidades administrativas da UFBA, é possível afirmar que o Reuni intenta proporcionar uma verdadeira expansão física, mas, ela ainda não ocorre na intensidade prevista. A maioria absoluta das obras listadas no documento está em construção desde 2008 e, em Salvador, é constatado (em 2012) que encerradas têm apenas os pavilhões coletivos de aulas (PAF IV, PAF V e outro, onde funcionava o serviço médico), duas bibliotecas setoriais, uma parte do prédio de Geociências, o Prédio da Faculdade de Farmácia e o da Faculdade de Nutrição. A Biblioteca Setorial dos cursos de Química/Física/Geociências e Matemática e o prédio da Faculdade de Nutrição, apesar de prontos, não estão em funcionamento por falta dos móveis, equipamentos e livros. Em muitos casos é constatado visivelmente que o funcionamento dos prédios (gestão administrativa, aulas, pesquisa e extensão) ocorre num ambiente de construção civil. Há casos de cursos que estão desalojados enquanto as obras de reforma/ampliação/construção ocorrem e se ajustam como podem, não raramente, de maneira precária. A fala de José Mesquita (2012), vice-reitor da UFBA quando da implantação do Reuni, ajuda a compreender a situação das obras na UFBA:

Num intervalo tão pequeno, de 2007 para 2010, as dificuldades iam aparecer. [...] Eu procurava trabalhar em parceria com as empresas. São pequenas, são todas pequenas, vai sair uma e entrar outra do mesmo porte. Os problemas não serão resolvidos. As empresas pequenas têm poucas condições de cumprir com o acordado, até porque atuam em várias obras ao mesmo tempo. Isso provoca atrasos. [...] Mas lhe garanto que isso ocorre no Brasil inteiro. [...] E tem o lado jurídico, de ter de fazer tudo de acordo com a norma. O Ministério Público não olha muitas vezes o prejuízo para a UFBA. Ele avalia o lado frio da lei. Nem sempre era possível negociar, dar continuidade.

Em termos positivos, além dos pavilhões de aulas, no campus Ondina existe o novo Restaurante Universitário e um bom espaço de convivência para as pessoas, com obras de jardinagem. Ambas são construções ocorridas após o Reuni, mas não se consegue identificar quais são exclusivamente desta fonte. Há também nova iluminação pelas ruas do *campus* Ondina e calçamento de vários acessos para pedestres. Em pelo menos duas unidades administrativas (Instituto de Matemática e Instituto de Letras) é possível ver novas salas de estudos destinadas aos professores, ainda que nem todas sejam individuais, tenham tamanho razoável (são muito pequenas) e estejam devidamente equipadas. É positivo também perceber obras em andamento, seja de reforma ou construção. Porém, há várias obras paradas, a exemplo da Faculdade de Dança e de Agronomia.

Como já dito, a expansão da Universidade Pública em si não é o objeto da crítica ao Reuni, mas constatar o descompasso entre todas as obras e a expansão das vagas, bem como, inadequações existentes é o aspecto negativo do Reuni porque geram problemas cujos efeitos incidem diretamente na qualidade do ensino. Como exemplo disso pode ser citado o uso das novas salas de aula, ainda não extensivo a todos os professores. As melhores condições de trabalho ainda não são atribuídas a todos, o que gera disputa pelas salas localizadas nos prédios novos porque os professores, com razão, preferem ministrar aulas em ambientes onde encontram as melhores condições e os alunos também reclamam por estudar em prédios

antigos, com vários problemas. Vê-se, portanto, em termos de espaço físico, o ensino de graduação, assim como, o funcionamento da infraestrutura que o ampara, acontece sem que as condições estruturais sejam as ideais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou discutir se o programa Reuni implementado pelo governo Lula da Silva (2008-2010), no contexto da globalização flexível, democratiza o acesso à Universidade Federal da Bahia, particularmente na sua dimensão operacional. Discussão esta que está localizada historicamente na reforma da educação superior brasileira implantada a partir dos anos 1990 e que buscou evidenciar o seu significado no âmbito do projeto político-econômico do governo Lula da Silva/PT, bem como, o papel atribuído à Universidade Pública.

A educação é fator de inclusão e mobilidade social; é um dos direitos do cidadão, além de ser um bem público que deve ser assegurado, pelo Estado, de maneira universal. Democratizar o acesso à educação é possibilitar a inserção de pessoas das mais condições sociais e origens no sistema educacional, “contribuindo para tornar essas instituições e países mais plurais e diferenciados, social e culturalmente, e em dia com os direitos de cidadania.” Para a efetiva democratização do ensino superior é preciso obter a sua universalização, seguindo um padrão de qualidade elevado. A qualidade tem como diretrizes, entre outros, a inovação, aprendizagem e pesquisa. No entanto, como ressalta Peixoto (2011), as reformas da educação superior na América Latina e no Caribe estão sendo concretizadas levando em conta aspectos e dimensões, sobretudo, com foco na expansão de vagas.

Na UFBA o Reuni pretende se efetivar através da dimensão operacional amparado no argumento de que democratiza o acesso à Universidade Pública. No entanto, a análise dos elementos constituintes que compõe o contexto da sua implantação na UFBA permite identificar diversos fatores que contribuem para precarizar a qualidade da educação superior, além de que promovem a não permanência do aluno na Universidade. Estes fatores são, dentre outros: descompasso entre a expansão e a criação das condições adequadas para a oferta do ensino; número insuficiente de professores e servidores, recursos orçamentários limitados para dar conta das demandas advindas da expansão, muitas obras inacabadas, elevado índice de evasão e retenção, vagas em aberto, falta de políticas de ações afirmativas que realmente mantenham o aluno na instituição, dentre outros.

As evidências empíricas apresentadas ao longo da seção quatro permitiram identificar ainda diversos fatores que descaracterizam a democratização de acesso ao ensino superior, tais como: descompasso entre a expansão e a criação das condições adequadas para a oferta do ensino; número insuficiente de professores e servidores, recursos orçamentários limitados para dar conta das demandas advindas da expansão, muitas obras inacabadas, dentre outros. Isto posto, o que se constata é que na dimensão operacional os recursos aportados pelo Reuni promoveram a ampliação do acesso à UFBA.

Desse modo, a UFBA, através do Reuni, amplia o número de vagas e aumenta a inserção de pessoas de segmentos sociais situados nas menores faixas de rendas no ensino superior, ação que é apenas reforçada, uma vez que o sistema de acesso por cotas sociais é anterior ao Reuni. Com a implantação deste programa, tal inserção torna-se mais expressiva. Portanto, a democratização do acesso, no sentido de promover a igualdade de oportunidades, a participação coletiva de todos na apropriação dos bens coletivamente criados e manter a qualidade educativa, pelos diversos fatores limitantes apresentados anteriormente, ocorre apenas parcialmente porque a UFBA, uma vez que o Reuni amplia o número de vagas, mas não assegura os elementos da manutenção da qualidade da oferta do ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. Relatório de Acompanhamento do Reuni. (2010). Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/?p=1672>>. Acesso em jun. 2013.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.** Washington, 1994. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em dez. 2012.
- _____. **Estratégia para o setor educacional.** Documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/Education_Sector_Strategy_Update.pdf>. Acesso em dez. 2012.
- _____. **Lifelong Learning in the Global Knowledge Economy: challenges for Developing Countries.** Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLL/Resources/Lifelong-Learning-in-the-Global-Knowledge-Economy/lifelonglearning_GKE.pdf>. Acesso em dez. 2012.
- BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUI, Marilena. **Desafios da Universidade na sociedade do conhecimento.** 2003. Disponível em <Desafios da Universidade na sociedade do conhecimento>. Acesso em dez. 2012.
- BORDIEU, Pierre Jean Claude Chamboredon y Jean Claude Passeron (2004) *El oficio del sociólogo. Presupuestos epistemológicos.* 1º Edición. 1º Reimpresión. Siglo XXI. Buenos Aires.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni. Brasília: DF, Diário oficial da União, 25 abr. 2007.
- BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** PDE. Razões, Princípios e Programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em Nov. 2012.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- HARVEY, David **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HIRSCH, Joachim. **Teoria do Estado materialista.** Processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Tradução: Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A Mobilidade das fronteiras.** Inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lucia. **A reforma educacional na América latina nos anos 1990.** Uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo: Xamã, 2008.
- LÉDA, Denise Bessa; MANCERO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, UFRGS, volume 34, 49-64, jan. abr. 2009.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Reformas e Políticas de Educação Superior no Brasil. In: MANCERO, Deise; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira. **Reformas e Políticas.** Educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Coleção Temas Sociais. 20 ed., Petrópolis: Vozes, 2002.
- PAULA, Cristiana Maria de. **Neoliberalismo e Reestruturação da educação superior no Brasil: o Reuni como estratégia do governo Lula da Silva e da burguesia brasileira para subordinar a Universidade Federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital.** 2009. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA DE DEUS, Maria Alba. **Reforma da Educação Superior e gestão das Universidades Federais**: o planejamento institucional na Universidade Federal de Viçosa. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Políticas para a democratização do acesso e a inclusão social na educação superior do Brasil. **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Ideias e Letras, 2011.

POSTONI, Moïshe. Teorizando o mundo contemporâneo. Tradução de Fernando Rugitsky. **Novos Estudos CEBRAP**, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Coleção Questão de Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Graal, SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e Consentimento**. A política educacional do banco Mundial. Campinas, SP: Editores Associados, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Gabinete da Reitoria. **Proposta de inclusão da Universidade Federal da Bahia no Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni**. Salvador: UFBA, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação. **Manual do Vestibular 2013**. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.vestibular.ufba.br/docs/vest2005cotas.pdf>>. Acesso em jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Relatório de Gestão 2010**. Salvador: Proplan/UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.proplan.ufba.br/ftp/relatorio_2010/relat_gestao_2010.pdf>. Acesso em dez. 2012.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Setor de Informação e Documentação. **UFBA em números**. Especial 60 anos. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.proplan.ufba.br/docs/ufba_numeros_60anos.pdf>. Acesso em jun. 2013.

VAKALOULIS, Michel. Acumulação flexível e regulação do capitalismo. Tradução de Ruy Braga. **Actuel Marx**. Paris, n. 17, 1996.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/086291por.pdf>>. Acesso em dez. 2012.